



**O *bolsonarismo* e a proteção popular de defensoras/es de direitos humanos na Amazônia Legal**

*Bolsonarism and popular protection of human rights defenders in the Legal Amazon*

*Bolsonarismo y protección popular de defensores de derechos humanos em la Amazonía Legal*

**Marcelo Fontenelle e Silva**

Bolsista-Doutorando CAPES: São Carlos, São Paulo

E-mail: marcelofontenelle@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7084-3714>

---

**RESUMO**

O presente ensaio traz reflexões sobre a relação entre o bolsonarismo e a proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos nos 9 estados da Amazônia Legal. Para tal, inicia-se com uma reflexão sobre o contexto da polarização política que vivemos, destacando como a plataforma política do bolsonarismo leva a uma agenda regressiva na questão dos direitos humanos. Em seguida, analisa-se um conjunto de dados extraídos do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) sobre as últimas eleições, em que a vitória de um presidente à esquerda não significou a derrota do bolsonarismo. Por fim, trazemos algumas considerações sobre a proteção popular de defensoras e defensores de direitos humanos, destacando a importância da atuação em rede.

**Palavras-chave:** direitos humanos; proteção popular; bolsonarismo.

**ABSTRACT**

This essay brings reflections on the relationship between Bolsonarism and the popular protection of human rights defenders in the 9 states of the Legal Amazon. It begins with a reflection on the context of political polarization that we are experiencing, highlighting how the political platform of Bolsonarism leads to a regressive agenda on the issue of human rights. Next, a set of data extracted from the Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) on the last elections is analyzed, highlighting that the victory of a leftist president did not mean the defeat of Bolsonarism. Finally, we bring some considerations about the popular protection of human rights defenders, highlighting the importance of working in a network.

**Keywords:** human rights; popular protection; bolsonarismo.

### RESUMEN

Este ensayo trae reflexiones sobre la relación entre el bolsonarismo y la protección popular de los defensores de derechos humanos en los nueve estados de la Amazonía Legal. Para ello, se inicia con una reflexión sobre el contexto de polarización política que vivimos, destacando cómo la plataforma política del bolsonarismo conduce a una agenda regresiva en materia de derechos humanos. A continuación, se analiza un conjunto de datos extraídos del Laboratorio de Estudios Geopolíticos de la Amazonía Legal (LEGAL) sobre las últimas elecciones, en las que la victoria de un presidente de izquierda no significó la derrota del bolsonarismo. Finalmente, traemos algunas consideraciones sobre la protección popular de defensores e defensoras de derechos humanos, destacando la importancia del trabajo en red.

**Palabras clave:** derechos humanos; protección popular; bolsonarismo.

---

Recebido em: 12/11/2023

Aceito em: 12/12/2023

Publicado em: 27/12/2023

## Introdução

O presente ensaio tem como objetivo traçar considerações sobre como o cenário político-institucional dos estados da Amazônia Legal favorece ou desfavorece a luta por direitos humanos. O foco está na análise das posições dos políticos eleitos e das eleições para governo estadual e presidência, cotejando-as com o modo como estes se posicionaram em relação à polarização que vem conformando a disputa política brasileira e cujo ápice foi na disputa eleitoral de 2018, que opôs um candidato de esquerda – Lula – a um candidato de extrema-direita – Jair Bolsonaro.

Analisando os estados da Amazônia Legal, percebe-se que a política eleitoral foi bastante favorável ao polo ligado à extrema-direita, completamente avessa aos direitos humanos, vistos como empecilhos ao “desenvolvimento”, como forma de defender bandidos, etc. Isto é válido tanto para as eleições de 2018, quando elegemos um presidente de extrema-direita, quanto nas eleições de 2022, quando elegemos um presidente de esquerda, pois a maior parte dos votos nestes estados foi direcionada para políticos que antagonizam com a militância e com a prática dos direitos humanos. Um olhar para além da política institucional nos leva a perceber que este resultado eleitoral convive com movimentos sociais e organizações que, apesar das dificuldades estruturais, possuem uma longa trajetória na prática da proteção popular, geralmente recorrendo à atuação em rede e, muitas vezes, buscando recursos (materiais e simbólicos) fora dos estados da Amazônia Legal.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na **primeira parte**, expomos de forma sucinta a relação entre esquerda, direita e direitos humanos no Brasil do século XXI, com foco no modo como a agenda dos direitos humanos é entendida pelos agentes que conformam a extrema-direita então liderada por Jair Messias Bolsonaro. O foco não é traçar uma análise teórica que remeta ao surgimento da distinção entre esquerda e direita, relacionando-a com a história dos direitos humanos, mas buscar apreender como tal agenda é lida pelos atores da

direita no Brasil. Na **segunda parte**, buscamos analisar os resultados eleitorais, distribuindo-os a partir da posição ideológica dos eleitos, trazendo considerações sobre o potencial destas eleições para impulsionar discursos de ódio e influenciar negativamente políticas públicas. Na **terceira parte**, trazemos algumas considerações sobre o método de resistência operado por militantes e organizações de direitos humanos de corte popular (a proteção popular), destacando a importância da atuação em rede.

### **1) Esquerda, direita e Direitos Humanos no Brasil do século XXI**

Os direitos humanos são uma construção histórica e, portanto, mudam ao longo do tempo. Esta construção é parte de uma longa e árdua disputa envolvendo agentes com posições sociais e ideológicas distintas. Este processo resulta tanto na ampliação de direitos quanto na ampliação do escopo de sujeitos de direitos (BOBBIO, 1992). Como afirmado no Caderno 2 do Projeto Sementes de Proteção:

O que entendemos e praticamos como direitos humanos varia ao longo do tempo, podendo sofrer com períodos de maior enriquecimento e outros com seu empobrecimento, sempre considerando sua historicidade e as correlações de força. Esta característica também implica que os direitos humanos sejam uma construção sempre inacabada. Precisam ser defendidos, mas não só: há também a necessidade de sua promoção, de sua proteção e, em casos de violações, de reparação (PROJETO SEMENTES DE PROTEÇÃO, 2022, p. 10).

No caso do Brasil, é inegável que a defesa dos direitos humanos e a construção da agenda ligada a este tema foi feita a partir do protagonismo de militantes, políticos e intelectuais identificados com a esquerda. A esquerda não tinha o tema dos direitos humanos como uma questão prioritária até meados da década de 1970, quando ela se defronta com esta questão na qualidade de vítima (OLIVEIRA, 1992). É este também o período em que a esquerda brasileira passa por um amplo processo de “renovação”, com a valorização da “democracia como valor universal” (SILVA, 2022) e a incorporação de novos temas na agenda, como o feminismo e os direitos humanos, o que fora muito fortemente influenciado pelos debates travados

pelos militantes brasileiros que estiveram exilados na Europa (ROLLEMBERG, 2007).

O Partido dos Trabalhadores (PT) nasce em meio a este contexto de maior valorização dos direitos humanos pela esquerda. Em seu Manifesto de Fundação, publicado em outubro de 1980, consta que “o PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis”. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à presidência, tivemos um primeiro esforço, por parte do executivo federal, de atuar positivamente na temática dos direitos humanos. Este esforço foi materializado na construção do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e na criação da Secretaria de Direitos Humanos, então vinculada ao Ministério da Justiça (ALMEIDA, 2011).

A chegada de Lula da Silva (PT) à presidência foi acompanhada de grande expectativa da maior parte da militância engajada nos direitos humanos. E, de fato, podemos listar alguns exemplos de acenos positivos do executivo federal à esta agenda. Seu governo manteve esta secretaria, e a ela somaram-se uma outra, focada nos direitos das mulheres, e uma focada na questão racial. Soma-se ainda a adesão a tratados internacionais, uma maior abertura à supervisão internacional e maior transparência na abordagem das violações (ALMEIDA, 2011). Mas, nem tudo são flores. Ainda segundo Almeida (2011, p. 4), “o Estado se abriu ainda mais para uma interlocução com a sociedade na discussão da agenda política do país, mas arbitrou ao sabor da conjuntura e da melhor conveniência como todo-poderoso nos moldes do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1970, ignorando pautas acordadas”.

O segundo governo Lula e o primeiro governo de Dilma Rouseff seguiram com idas e vindas em relação à pauta dos direitos humanos. Mas, em especial a partir de 2016, com o golpe<sup>1</sup> dado contra a presidenta Dilma,

---

<sup>1</sup> Considero golpe seguindo a caracterização de Luís Felipe Miguel, que sem a caracterização do crime de responsabilidade não é possível depor um presidente eleito de forma legítima. As próprias justificativas dos congressistas ilustram esse argumento, na medida em que os próprios invocavam justificativas que nada tinham

a ambiência institucional para a proteção de direitos humanos seguiu uma agenda cada vez mais regressiva. O golpe foi muito além de uma mera troca de presidente, tendo sido “o momento inicial de um realinhamento de forças políticas, em prejuízo daquelas situadas à esquerda” (MIGUEL, 2022, p. 13). Nas palavras de Miguel:

O golpe não apenas encaminhou a anulação das políticas de inclusão social e do moderado nacionalismo econômico do PT, mas também reverteu rapidamente muitos dos consensos consignados na Constituição escrita após o fim da ditadura. Em algumas áreas, os retrocessos foram ainda mais longe: a reforma da legislação trabalhista [...] revogou proteções que, em alguns casos, figuravam na estrutura legal brasileira desde a primeira metade do século XX (MIGUEL, 2022, p. 96).

Essa agenda regressiva, por parte do Estado, atingiu seu ápice com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, em 2018, que é parte de um fenômeno internacional de crise da democracia e avanço da extrema direita, em que se inclui a eleição de Donald Trump, em 2016, a eleição de Viktor Órban, no poder desde 2010, entre outros. No geral, “esse movimento representa um conjunto diversificado de visões ultranacionalistas, chauvinistas, xenofóbicas, fundamentalistas, racistas, homofóbicas, transfóbicas e reacionárias de um novo tipo” (PROJETO SEMENTES DE PROTEÇÃO, 2022, p. 12).

A pandemia agravou esse processo, favorecendo “a tentativa de exploração dessa situação pelos líderes da direita para atacar os seus alvos costumeiros, como a imigração, a comunidade científica, os regimes internacionais e, nos casos mais graves, as próprias liberdades democráticas” (RIBEIRO e SILVA, 2020, p. 5). Neste contexto, Jair Bolsonaro ocupou uma posição de destaque, elogiando torturadores, criminalizando defensoras/es de direitos humanos e associando, diretamente, a pauta dos direitos humanos à vagabundagem, defesa de bandidos, etc.<sup>2</sup>

---

relação com o suposto crime de responsabilidade – como, por exemplo, a defesa da família (MIGUEL, 2022, p. 12).

<sup>2</sup> Um exemplo é o registro fotográfico em que Bolsonaro segura uma camisa com a frase: “Direitos Humanos: esterco da vagabundagem”. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/01/idolo-de-golpistas-presos-bolsonaro-ja-chamou-direitos-humanos-de-esterco-da-vagabundagem.shtml> Acessado em 03/10/2023.

A questão ambiental também foi um importante tema de seu governo. De modo geral, para o bolsonarismo:

A agenda ambiental é vista como uma arma política de dois movimentos subversivos: o movimento ambientalista e as organizações políticas dos povos indígenas. De acordo com esta narrativa, a esquerda brasileira e o ‘globalismo’ internacional utilizam da agenda ambiental para minar a soberania nacional, impossibilitando o desenvolvimento econômico e ameaçando a segurança nas fronteiras por conta da criação de enclaves supranacionais como as terras indígenas (LEIRNER, 2020) (SILVA e TESTON, 2023, p. 5)<sup>3</sup>.

Desde a campanha eleitoral, Bolsonaro já anunciava o seu intento de transformar o Ministério do Meio Ambiente em uma secretaria subordinada ao Ministério da Agricultura<sup>4</sup>, em clara sinalização de quais seriam as suas prioridades. Apesar da não efetivação da medida, o projeto se concretizou com a nomeação de Ricardo Salles, defensor da desregulamentação dos mecanismos institucionais de proteção ambiental e da flexibilização das regras de proteção ao meio ambiente, de modo a possibilitar a livre exploração dos “recursos naturais”.

Justamente por conta da centralidade da figura de Jair Bolsonaro no avanço das direitas no Brasil, podemos chamar de “bolsonarismo” este conjunto de atores e ideias que, em conjunto com os aspectos antes mencionados, encampam uma ideologia reacionária conjugada ao ultraliberalismo e ao amplo recurso e apologia à violência, entre outros aspectos.

## 2) **As eleições nos Estados da Amazônia Legal: vitória de Lula e do bolsonarismo**

As eleições são momentos em que se contrapõem pessoas e organizações em disputas que envolvem, por um lado, o acesso a cargos de poder político e, por outro, as distintas visões de mundo. Para a compreensão

---

<sup>3</sup> Tradução livre.

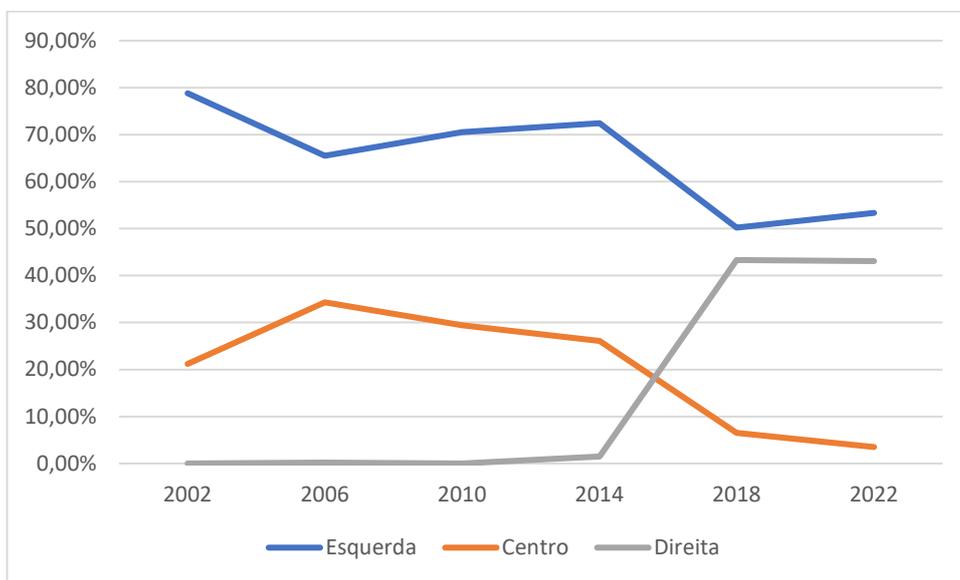
<sup>4</sup> Ver: <https://oeco.org.br/noticias/bolsonaro-confirma-promessa-ministerio-do-meio-ambiente-deixara-de-existir/>

da ambiência frente aos direitos humanos, portanto, o estudo destas disputas é duplamente significativo: permite tecer considerações sobre como os políticos eleitos orientam suas ações e como os eleitores creem que deve ser a sociedade.

Cabe ressaltar que no contexto de polarização política que vivemos nas eleições de 2018 e de 2022, os votos à direita tendem a se confundir com os votos no bolsonarismo, enquanto os votos à esquerda tendem a se confundir com os votos direcionados ao PT (e, em especial, à figura de Lula da Silva).

É bastante significativo, portanto, que nos estados da Amazônia Legal a direita tenha recebido 43,3% dos votos no primeiro turno da eleição presidencial de 2018 e 43,14% dos votos no primeiro turno da eleição presidencial de 2022. Isto representa um aumento vertiginoso, tendo em vista que a média histórica de votos presidenciais à direita, nestes estados, entre 2002 e 2018, é de 9,0%. Este movimento pode ser visto no gráfico a seguir:

**Gráfico 1: Distribuição dos votos presidenciais nos estados da Amazônia Legal por ideologia (2002-2022)**



Fonte: Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://legal-amazonia.org/graficos-com-resultados-das-analises-eleitorais-da-serie-historica-2002-2018-e-2022/>

A prevalência do alinhamento ao bolsonarismo também foi visível na eleição para os governadores, em 2018, que aconteceu paralelamente à eleição presidencial. Segundo Ivan Silva e Maria Teston, pesquisadores do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal, “dos nove governadores eleitos na ocasião [2018], sete alinharam-se claramente com o campo bolsonarista, incluindo governadores de partidos de centro-esquerda com tradição de alinhamento ao Partido dos Trabalhadores (PT), como foi o caso do governador Waldez Góes (PDT) no Amapá” (SILVA e TESTON, 2023, p. 2).

Somando-se os votos para governador no primeiro turno, os estados da Amazônia Legal concederam, em 2022, 45,6% dos votos para candidatos de direita, 29,7% para candidatos de centro e 24,7% a candidatos de esquerda. No caso dos deputados estaduais, 55,1% dos votos foram para candidatos de direita, 18,7% para candidatos de centro e 26,2% para candidatos de esquerda. A direita tem ainda mais espaço quando olhamos os dados relativos ao senado, tendo em vista que 60,5% dos votos foram para candidatos de direita, 6,4% para candidatos de centro e 33,2% para candidatos de esquerda. Já no caso dos deputados federais, a direita ficou com 60,2% dos votos, enquanto o centro teve 19,0% e a esquerda teve 20,8%<sup>6</sup>.

Ou seja, com exceção dos votos presidenciais, a direita recebeu mais votos, nos estados da Amazônia Legal, para todos os demais cargos em disputa (governador, senador, deputado federal e estadual). Além do mais, a distância entre esquerda e direita foi maior para a assembleia legislativa e para o senado, que são os cargos legislativos de âmbito federal.

Com estes dados, já era esperado que a maior parte dos eleitos tenham tomado posição favorável ao bolsonarismo. Isto fica evidente nas eleições para os governadores. Entre os 09 governadores eleitos, 06 dos declararam-se aliados de Bolsonaro, enquanto um deles manteve uma posição ambígua e dois deles atuaram na oposição.

---

<sup>6</sup> Dados disponibilizados pelo LEGAL: <https://legal-amazonia.org/graficos-com-resultados-das-analises-eleitorais-da-serie-historica-2002-2018-e-2022/>

**Tabela 1: Governadores eleitos nos Estados da Amazônia Legal (2022)**

<b>Estado</b>	<b>Nome</b>	<b>Posição em relação ao Governo Bolsonaro</b>
Rondônia	Coronel Marcos Rocha (União Brasil)	Apoio
Roraima	Antônio Denarium (PP)	Apoio
Amapá	Clécio Luís (SOL)	Ambígua <sup>7</sup>
Amazonas	Wilson Lima (União Brasil)	Apoio
Maranhão	Carlos Brandão (PSB)	Oposição
Acre	Gladson Cameli (PP)	Apoio
Mato Grosso	Mauro Mendes (União Brasil)	Apoio
Pará	Helder Barbalho (MDB)	Oposição
Tocantins	Wanderlei Barbosa (Republicanos)	Apoio

Fonte: construído pelo autor.

Quando observamos as eleições entre 2002 e 2022, percebe-se que Rondônia, Roraima, Amazonas e Tocantins são estados com forte tradição de direita, elegendo partidos de direita para a maioria dos cargos – com exceção do executivo federal, como já mencionado. Pará e o Mato Grosso, são estados que tradicionalmente privilegiam os votos a partidos de centro mas, nas eleições de 2018, o Pará esteve mais próximo do petismo, enquanto o Mato Grosso surfou fortemente na onda bolsonarista. Já o Maranhão, Amapá e Acre, são estados com maior tradição à esquerda, mas os dois últimos vêm dando maior espaço para a direita, com a esquerda perdendo votos gradativamente, mesmo antes do boom que a direita teve em 2018, o que fez com que estes dois estados dessem significativa contribuição para o bolsonarismo nos dois últimos pleitos (SANTOS, 2022).

É importante estudar a orientação ideológica dos políticos eleitos pois, dada a posição que passam a ocupar no Estado, eles possuem um grande potencial de influenciar discursos e os rumos das políticas públicas. As

<sup>7</sup> Clécio Luís foi apoiado pelo então governador Waldez Góes (PDT), que apoiara Bolsonaro nas eleições de 2018. Tinha o PL – partido do então presidente Jair Bolsonaro – e recebera apoio de Lula. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/clecio-luis-vence-no-amapa-com-alianca-de-partidos-de-bolsonaro-e-lula-projeta-datafolha.shtml> Acessado em: 03/11/2023.

eleições de 2018 impulsionaram um discurso de ódio que já estava presente em setores da sociedade brasileira e também levaram a mudanças importantes nas políticas públicas. O aumento da quantidade de armas em circulação nos estados na Amazônia Legal é um exemplo claro da união entre o discurso de ódio – que incentiva o cidadão a agir de uma determinada forma – e políticas públicas – que possibilitam que ele o faça.

Desde antes de assumir a presidência, Jair Bolsonaro já proferia discursos de apologia à violência. Com sua chegada ao governo, ele continuou a fazê-lo, inclusive a partir do uso do aparato governamental. Gerou bastante polêmica a imagem divulgada pela Secretaria de Comunicação do Planalto, em 28 de julho de 2021, no dia do agricultor, em que constava um homem, em meio a uma plantação, segurando uma arma. Era uma clara sinalização sobre como o governo entendia que deviam ser tratados os conflitos no campo brasileiro.

**Imagem 1:** homenagem divulgada pela Secom no dia do agricultor



Fonte: retirada de: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/28/secom-gera-revolta-com-foto-de-homem-armado-divulgada-no-dia-do-agricultor-cndh-oficia-governo>

Paralelamente, o governo Bolsonaro atuou para facilitar o acesso a armas de fogo pelos cidadãos e para flexibilizar as restrições ao uso, em especial nas propriedades rurais. Com isto, em especial nos estados da Amazônia Legal, houve o aumento do armamento e criação de clubes de tiro, que acompanham o avanço do agronegócio. Estes clubes serviam de espaço de treinamento para uso de armas, para fornecimento de material armamentista e como um espaço de socialização e articulação daqueles que atuam em favor do latifúndio e do agronegócio. Além do mais, o PL 3.715/19 ampliava a posse de arma para toda a propriedade rural, possibilitando que jagunços e capangas andem armados em longas áreas griladas (FETAEMA, 2021, p. 24).

Matéria do *The Intercept* demonstrou que o aumento dos clubes de tiro foi maior justamente nas áreas em que há mais conflito no campo, inclusive cercando terras indígenas<sup>8</sup>. Rondônia foi o estado, dentro da Amazônia Legal, que teve maior crescimento dos clubes de tiro (atualmente, são 53 clubes – 33 criados entre 2019 e 2021)<sup>9</sup>. O Maranhão não está entre os estados com maior número de clubes de tiro<sup>10</sup>, mas este número dobrou durante o governo Bolsonaro: passou de 07 para 14.

Não é casual o fato de que Rondônia ocupe o primeiro lugar no ranking de clubes de tiro e de contribuição para o bolsonarismo<sup>11</sup>. Afinal, Rondônia foi o único estado do Brasil em que Bolsonaro foi vitorioso em todos os municípios, no primeiro e no segundo turno, tanto na eleição de 2018 quanto na eleição de 2022. A adesão ao bolsonarismo é tanta que a disputa para o governo estadual chegou a opor, no 2º turno das eleições de 2022, dois candidatos bolsonaristas (VIANA et al, 2022).

### **3) Notas sobre a Proteção Popular na Amazônia Legal**

---

<sup>8</sup> Ver: <https://theintercept.com/2022/11/16/clubes-de-tiro-cercam-indigenas-e-municiam-agromilicias-na-amazonia/>

<sup>9</sup> Ver: <https://theintercept.com/2022/11/23/rondonia-concentra-o-maior-numero-de-clubes-de-tiro-criados-sob-bolsonaro-na-amazonia-e-tambem-o-de-mortes-no-campo/>

<sup>10</sup> O primeiro colocado (Rondônia) possui 53 clubes de tiro, 33 deles criados na gestão Bolsonaro.

<sup>11</sup> Proporcionalmente, os dois estados que mais deram votos a Bolsonaro no primeiro turno de 2022 foram Roraima, em primeiro lugar, e Rondônia, em segundo (VIANA et al, 2022).

Este avanço das forças reacionárias contribuiu para gerar um terreno bastante desfavorável para a atuação de defensoras e defensores de direitos humanos. Como foi (e está sendo) possível sobreviver a esta onda? A partir do mesmo método utilizado por aqueles que defendem os direitos humanos desde os tempos mais pretéritos: a proteção popular.

A proteção popular é uma prática realizada pelas/os defensoras/es de direitos humanos e suas organizações. Engloba a autoproteção, mas não se restringe à proteção individual, pois entende que as ameaças aos DDHs são sempre coletivas. Envolve, também, a proteção recíproca, feita por meio de trocas entre aqueles que estão diretamente envolvidos nas lutas de um determinado território, e a proteção solidária, feita com apoio de pessoas e organizações que não estão diretamente em risco.

Se é uma prática centrada nas/os defensoras/es e suas organizações e realizada desde muito tempo atrás, ela não pode se confundir com as medidas de proteção institucional – ou seja, aquelas que advém do Estado. Mas, tampouco, ignora a importância de tais medidas, pois parte do pressuposto que toda e qualquer política pública que venha de fato a proteger os direitos humanos existe em consequência da luta. A criação dos programas públicos de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos é um exemplo claro de como as políticas institucionais de proteção decorrem da pressão de movimentos e organizações que atuam na defesa e promoção de direitos.

Ela é, também, uma prática que obedece aos princípios da educação popular, na medida em que entende que esta deve acontecer de forma horizontalizada, valorizando a autonomia e os conhecimentos do “sujeito-em-proteção”. Não busca apenas a sobrevivência, mas a “vida em abundância” (PROJETO SEMENTES DE PROTEÇÃO, 2022). Justamente por isso, ela é parte do processo de organização e luta popular, da construção de um projeto coletivo para superar os riscos e ameaças estruturais.

A proteção popular se efetiva a partir da atuação em rede, naquilo que chamamos de *redes de proteção popular*. A existência de redes de proteção implica na realização de ações conjuntas, no estabelecimento de relações

horizontais, baseadas na confiança e na reciprocidade. Tais redes podem assumir formas distintas a depender do local e contexto, podendo possuir mais ou menos “nós”, que são as instituições que, afirmando-se como referência e dispondo de certos recursos, possibilitam o contato, a troca e a parceria entre os mais diversos sujeitos que estão comprometidos com a luta por direitos humanos.

Uma rápida observação sobre o funcionamento das redes de proteção nos estados da Amazônia Legal possibilita percebermos que a maior parte da atuação se dá de forma regionalizada - o que é compreensível, também, tendo em vista as longas distâncias da região. Temos ainda um número significativo de organizações e redes envolvendo diversos estados da Amazônia Legal e outras que atuam em praticamente todo o território nacional, como o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

Quanto às organizações que atuam em âmbito local, uma rápida busca pelas parcerias já demonstrou o privilégio dado à atuação em rede, por mais que este tipo de articulação ainda mereça uma maior atenção e cuidado para o fortalecimento dos laços e construção de agendas conjuntas. Uma parte delas também articula parcerias com organizações internacionais, principalmente como forma de angariar recursos.

Na articulação destas redes, alguns desafios se apresentam com especial urgência. Um deles refere-se à dificuldade de comunicação e interação entre as partes da rede, o que está relacionado a um aspecto geográfico, visto que em muitos casos as distâncias são grandes; e outro de ordem estrutural, ligado à falta de recursos e dificuldade de acesso ao sinal de telefone/internet em partes dos territórios. Um outro desafio refere-se ao estabelecimento de uma agenda comum entre as distintas organizações que compõem a rede, o que possibilita/possibilitaria dar vida à rede, mesmo nos momentos em que não há uma questão urgente que mobilize a todas/os. Manter a animação da rede pode ser de grande utilidade para prevenir violências e, em especial, para que os integrantes da rede consigam dar uma resposta rápida e eficaz às necessidades surgidas em momentos emergenciais.

## Considerações finais

A eleição de 2018 significou o ápice do empoderamento de discursos e práticas que atentam diretamente contra a dignidade humana, incentivando a violência e buscando regredir frente a direitos já assegurados. Infelizmente, não foi um raio em céu azul: o golpe de 2016 já havia deixado claro o potencial destruidor destas forças que, apenas aparentemente, estavam adormecidas. E a eleição seguinte, apesar da derrota que o candidato Jair Bolsonaro sofreu na disputa à presidência, não resultou na derrota do *bolsonarismo*.

Para entendermos a ambiência frente a proteção dos direitos humanos, é bastante significativo o fato de que Lula tenha recebido a maior parte dos votos dados nos estados da Amazônia Legal, mas que estes mesmos estados tenham concedido a maior parte de seus votos para candidatos alinhados ao *bolsonarismo*.

Esta aparente contradição nos traz pelo menos duas considerações importantes. Primeiramente, ressalta o peso político institucional de candidatos bolsonaristas, eleitos em grande quantidade, mesmo com a derrota presidencial do “chefe”. Isto leva a dificuldades relacionadas à governabilidade, tendo em vista que, no Brasil, o presidente precisa negociar com o congresso, além da importância do diálogo com governadores, o que é facilitado quando estes não defendem programas políticos antagônicos.

Em segundo lugar, precisamos frisar que, em muitos casos, um mesmo eleitor votou para um candidato de esquerda na disputa presidencial e para candidatos bolsonaristas nas demais disputas, deixando claro que o voto não necessariamente obedece a um crivo ideológico. Seria precipitado, portanto, tomar o voto como indicador de adesão a uma plataforma política específica, por mais que ele possa nos trazer indícios importantes.

Em 2022, o candidato presidencial vitorioso tem uma agenda muito mais favorável aos direitos humanos do que o perdedor. O desenrolar deste governo deixa cada vez mais explícita a dificuldade de efetuar tal agenda, muito por conta da tão propalada governabilidade, que nos é apresentada

como uma exigência mas que é, na prática, parte de um discurso conservador. Como ressalta Luís Felipe Miguel:

A governabilidade exige a submissão à correlação de forças real e, em nome dela, a democracia precisa se autolimitar. Seus impulsos igualitários devem ser freados. O discurso realista da governabilidade leva ao paradoxo de uma democracia que deve negar a si mesma. Foi com essa percepção em mente que as forças políticas, mesmo do campo popular, moderaram seus programas. A ideia era que uma democracia menos profunda e menos igualitária seria mais segura. Tal como no velho ditado, seria melhor ter um pássaro na mão do que dois voando (MIGUEL, 2022, p. 102).

Percebe-se logo que a retórica da governabilidade limita a política ao seu viés institucional, ficando muito aquém da proposta apresentada pelas lutadoras e lutadores, que aqui chamamos de proteção popular. A proteção popular nos possibilitou superar a ditadura civil-militar<sup>12</sup> e construir uma democracia que, por mais frágil e combatida, trouxe alguns avanços. Também nos possibilitará superar os tempos do *bolsonarismo* e construir, enfim, as condições para gozarmos da vida em abundância.

---

<sup>12</sup> Por certo, não podemos compreender o fim da ditadura civil militar brasileira unicamente por conta da luta feita por setores populares. Este foi um processo complexo, envolvendo contradições internas ao regime, mudanças no cenário internacional, etc. Há uma ampla bibliografia sobre o tema. Para uma análise deste processo, ver Napolitano (2015).

## Bibliografia

- ALMEIDA, W. L. A estratégia de políticas públicas em direitos humanos no Brasil no primeiro mandato Lula. **R. Katál**, Florianópolis, 2011.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FETAEMA. **Conflitos e Lulas dos trabalhadores rurais no Maranhão ano 2020**. São Luís: UEMA Edições, 2021.
- MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo, Contexto, 2015.
- OLIVEIRA, L. Direitos Humanos e cultura política de esquerda. **Lua Nova**, São Paulo, 1992.
- PROJETO SEMENTES DE PROTEÇÃO. **Proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos**. Passo Fundo: Saluz, v. 1, 2022.
- PROJETO SEMENTES DE PROTEÇÃO. **Subsídios para análise: desafios à proteção popular de defensores e defensoras de direitos humanos**. Passo Fundo: Saluz, v. 2, 2022.
- RIBEIRO, R. F.; SILVA, M. F. Direitas na América Latina Hoje. **Agenda Política**, São Carlos, 2020.
- ROLLEMBERG, D. **Debate no Exílio: em busca da Renovação**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- SANTOS, F. G. M. A dinâmica eleitoral nos estados da Amazônia Legal: um quadro sintético e comparativo. Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL). Disponível em: <https://legal-amazonia.org/a-dinamica-eleitoral-nos-estados-da-amazonia-legal-um-quadro-sintetico-e-comparativo/> Último acesso em: 06/11/2023
- SILVA, I. H. D. M.; TESTON, L. M. Political Dynasties, Bolsonaroism, and the Environmental Agenda during the 2022 elections in the Brazilian Legal Amazon. **Brazilian Political Science Review**, 2023.
- SILVA, M. F. Condições sociais de produção e circulação de um “clássico da esquerda”: uma análise de A Democracia como Valor Universal, de Carlos Nelson Coutinho. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 1, mar./jun. 2022.
- VIANA, J. P. S. L. VASCONCELLOS, P. M. C. CURI, M. V. MARTINI, J. O segundo turno das eleições de 2022 em Rondônia: a disputa no centro do bolsonarismo. Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL). Disponível em: <https://legal-amazonia.org/o-segundo-turno-das-eleicoes-de-2022-em-rondonia-a-disputa-no-centro-do-bolsonarismo/> Último acesso em: 06/11/2023

## **SOBRE O AUTOR**

### **Marcelo Fontenelle e Silva**

Graduado e mestre em Ciências Sociais (UFMA) e doutor em Ciência Política (UFSCar). Integra o quadro técnico da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos como parte da Equipe Nacional do Projeto Sementes de Proteção. Faz parte do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) e do Núcleo de Estudos sobre Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA).